



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13603.001490/96-58  
Recurso nº : 109.066  
Acórdão nº : 201-76.398

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De 29/08/05
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

**Recorrente : ABC - EMEP ELETRÔNICA E MECÂNICA DE PRECISÃO S/A**  
**Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. COMPETÊNCIA. CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA.**

Compete ao Terceiro Conselho de Contribuintes julgar recurso voluntário sobre aplicação da legislação de IPI referente a classificação tarifária de mercadoria estrangeira. Declinada a competência para o Terceiro Conselho de Contribuintes.

**IPI. INCIDÊNCIA. SAÍDA DE PRODUTO IMPORTADO.** Correto o entendimento da equiparação à industrial da mercadoria importada revendida no mercado interno, sendo que a saída do produto importado sem destaque do IPI na nota fiscal correspondente e sem o respectivo recolhimento do tributo enseja o seu lançamento de ofício acrescido de multa.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ABC - EMEP ELETRÔNICA E MECÂNICA DE PRECISÃO S/A.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos: I) em negar provimento ao recurso quanto à matéria relativa à equiparação a industrial; e II) em declinar a competência para o Terceiro Conselho de Contribuintes quanto à classificação de mercadorias. Designado o Conselheiro Antonio Mario de Abreu Pinto para a elaboração do acórdão, em face da perda de mandato do Conselheiro José Roberto Vieira (Relator).

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 2002.

*josefa elba maria ilbarques*

Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

Antonio Mario de Abreu Pinto  
Relator-Designado

MINISTÉRIO DA FAZENDA - 2º CC
CONFIRMADO O ORIGINAL
BRASIL 24/03/05
K
VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Gilberto Cassuli, Márcia Rosana Pinto Martins (Suplente), Roberto Velloso (Suplente) e Rogério Gustavo Dreyer.



Processo nº : 13603.001490/96-58  
Recurso nº : 109.066  
Acórdão nº : 201-76.398

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFIRMADO ORIGINAIS
24.03.105
RC
VISTO

2º CC-MF  
FI.

Recorrente : ABC - EMEP ELETRÔNICA E MECÂNICA DE PRECISÃO S/A

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto em face da Decisão nº 11170.3046/97-31 (fls. 118/123), proferida pela DRJ em Belo Horizonte - MG, que julgou procedente em parte o auto de infração (fls. 01/28) adequando-se para 75% (setenta e cinco por cento) o percentual da multa aplicada, nos termos do artigo 80 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, com a redação dada pelo artigo 45 da Lei nº 9.430/96 e pelo Ato Declaratório Cosit nº 09, de 16 de janeiro de 1997.

Em sua impugnação, constante às fls 96/98 dos autos, a contribuinte atacou o lançamento efetuado, sob os seguintes argumentos: a) não pode prevalecer o entendimento do Fisco a respeito da classificação fiscal da fonte de alimento, distinta do estabilizador, pois aquela possui a função específica de transformar a corrente alternada em corrente contínua e pode ser empregada em vários aparelhos; b) a fonte não é um aparelho específico para constituir uma unidade da posição 8471, devendo ser classificada na posição 8504.40.999, à luz da Nota 5. E do Capítulo 84 e da Nota 2 da Seção XVI; c) o produto objeto da ação fiscal está amparado pela isenção prevista na Lei nº 8.191/91, no Decreto nº 151/91 e na Lei nº 8.643/94; e c) não houve utilização de qualquer crédito, uma vez que adquiriu o produto, tanto no mercado interno como no externo, amparado pelo benefício da isenção. Diante disto, requer o cancelamento do auto de infração.

A DRJ em Belo Horizonte - MG julgou procedente em parte o auto de infração lavrado, sob os seguintes fundamentos: a) a ação fiscal se revestiu de todas as formalidades legais previstas no artigo 10 do Decreto nº 70.235/72, com as modificações introduzidas na Lei nº 8.748/93; b) a classificação de um produto não é dada pelos elementos constantes nos registros fiscais do estabelecimento, mas pelo exame do produto frente às Regras Gerais de Interpretação; c) o microcomputador está classificado no código 8471.20.0000 da Tabela de Incidência de IPI, aprovada pelo Decreto nº 97.410/88, e tributado à alíquota de 15% (quinze por cento), conforme dispõe o Decreto nº 99.182/90, estando o industrial obrigado a emitir a nota fiscal com destaque do imposto baseado nesta alíquota, no momento da saída do produto da empresa; d) a parte da máquina da posição 8471 é industrializada e comercializada pelo estabelecimento, devendo ser tributada a alíquota de 15% (quinze por cento), por determinação do mesmo diploma legal; e) pela análise dos atos citados pela contribuinte à luz da correta classificação fiscal das fontes de alimentação, o produto não faz jus à fruição do benefício fiscal, por não constar expressamente nos respectivos dispositivos legais; f) aquilo que for lançado em qualquer fase da industrialização a título de IPI poderá ser aproveitado pelo adquirente, em atendimento ao princípio constitucional da não-cumulatividade, desde que se refiram a insumos utilizados na elaboração de produtos sujeitos àquele imposto; g) é indevido o crédito correspondente a insumos isentos, não-tributados ou tributados à alíquota zero; h) constatou-se que houve aproveitamento de crédito correspondente ao produto adquirido sem destaque de imposto na nota fiscal de aquisição; e i) o servidor competente verificou a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária correspondente, determinou a matéria tributável, calculou a



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13603.001490/96-58  
Recurso nº : 109.066  
Acórdão nº : 201-76.398

MIN DA FAZENDA - 2.º CC	
CONFIRA COM O ORIGINAL	
DATA:	24 / 03 / 05
_____ VISTO	

2º CC-MF  
Fl.

quantidade devida, identificou o sujeito passivo, e propôs a cominação da penalidade cabível. Em que pese a multa de ofício, reduziu-a de 100% (cem por cento) para 75% (setenta e cinco por cento), por disposição do artigo 44, inciso I, da Lei nº 9.430/96.

Inconformada, a contribuinte interpôs Recurso Voluntário de fls. 130/133, alegando, em apertada síntese, que: a) as fontes de alimentação referidas e caracterizadas nestes autos jamais podem ser concebidas especificamente para constituir uma unidade de posição 8471; b) podem as referidas fontes serem empregadas em outros aparelhos que requeiram, dentro de suas especificações, a transformação e retificação de corrente alternada em corrente contínua e pretensão de linha em tensão adequada a componentes eletrônicos; c) a mercadoria objeto da autuação é classificada por todos os fabricantes nacionais na posição 8504.40.9999, ocorrendo o mesmo nas compras no mercado interno, bem como nas importações, ambas amparadas com a isenção do IPI; d) o que ocorreu na realidade foi uma simples revenda de mercadorias, uma vez que na entrada destas foi adotada a mesma classificação fiscal utilizada na saída, não tendo ocorrido nenhuma industrialização; e e) nas aquisições das referidas fontes alimentadoras, tanto no mercado interno quanto no externo, a contribuinte não utilizou qualquer crédito do IPI.

É o relatório.



Processo nº : 13603.001490/96-58  
Recurso nº : 109.066  
Acórdão nº : 201-76.398

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
ENTREGUE COM O ORIGINAL
DATA 24/03/05
R
VISTO

2º CC-MF  
FI.

**VOTO DO CONSELHEIRO-DESIGNADO  
ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO**

Conforme r. despacho de fl. 163, da i. Presidente desta Câmara, fui designado para a elaboração do acórdão, em face da perda de mandato do Conselheiro José Roberto Vieira (Relator).

O recurso preenche todos os requisitos de admissibilidade, portanto, dele tomo conhecimento.

*Ab initio*, assiste razão à decisão de primeira instância quanto ao enfoque do lançamento, uma vez que foi alcançado o enquadramento legal previsto no artigo 10 do Decreto nº 70.235/72.

Meritoriamente, quanto à matéria relativa a equiparação a atividade industrial, perfilho-me no sentido de acompanhar o entendimento esposado pela Delegacia originária. Importante frisar que a empresa está obrigada a emitir a nota fiscal, recolhendo o IPI devido no momento da saída da mercadoria do estabelecimento, conforme resta disposto no Decreto nº 99.182/90.

Em que pese o alegado pela contribuinte em não haver incidência do IPI por ocasião da saída das fontes, uma vez que a mercadoria está amparada pela isenção prevista na Lei nº 8.191/91, no Decreto nº 151/91 e na Lei nº 8.643/94, entendo que o Código Tributário Nacional, em seu artigo 111, inciso II, rege que a outorga da isenção interpreta-se literalmente, sem ampliações.

Também com relação à concessão do crédito do imposto, também assiste razão à decisão recorrida, posto que um dos princípios constitucionais básicos que estruturam o IPI é o da não-cumulatividade do imposto.

Na realidade, os créditos para dedução do imposto lançado de ofício em auto de infração serão considerados os créditos a que o contribuinte comprovadamente tiver direito e que forem alegados até a impugnação, na forma prevista no art. 98 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 87.981/82.

Apesar de a recorrente alegar que não houve aproveitamento de crédito, ficou comprovado que houve tal fato, conforme demonstrativo na planilha de fls. 63/68. Assim não ocorreu no caso presente qualquer fundamentação legal à concessão do crédito correspondente ao produto adquirido sem destaque de imposto na nota fiscal de aquisição.

Como a recorrente não tomou a iniciativa do lançamento, o imposto foi lançado pelo Fisco através do auto de infração, na forma prevista na legislação de regência.

Destarte, o lançamento é regular, o procedimento administrativo de competência da autoridade fiscal, onde a autoridade autuante verificou a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária correspondente e determinou a matéria tributável, calculou o *quantum* do tributo devido, identificou o sujeito passivo e a cominação da penalidade cabível.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13603.001490/96-58  
Recurso nº : 109.066  
Acórdão nº : 201-76.398

MINISTÉRIO DA FAZENDA - 2º CC
COPIAR SE COM O ORIGINAL
DATA: 24 / 03 / 05
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Correto o entendimento da equiparação a industrial da mercadoria importada revendida no mercado interno, sendo que a saída do produto importado sem destaque do IPI na nota fiscal correspondente e sem o respectivo recolhimento do tributo enseja o seu lançamento de ofício junto com a respectiva multa.

Finalmente, quanto à questão da classificação aduaneira, a competência legal para julgar os recursos voluntários de decisão de primeira instância administrativa sobre a aplicação da legislação referente a tal classificação tarifária de mercadoria estrangeira é do Egrégio Terceiro Conselho de Contribuintes, razão pela qual declino da competência de julgar dita questão.

Diante do exposto:

a) quanto à matéria relativa à equiparação de produto importado a produto industrializado, nego provimento ao recurso; e

b) quanto à classificação tarifária de mercadoria estrangeira, compete ao Terceiro Conselho de Contribuintes julgar recurso voluntário sobre aplicação da legislação de IPI referente à classificação tarifária de mercadoria estrangeira. Declino a competência para o Terceiro Conselho de Contribuintes.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 2002.

ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO